

AS PERCEPÇÕES, EMOÇÕES E AÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM RELAÇÃO AO ABORTO LEGAL E ÀS MULHERES QUE BUSCAM ESSE SERVIÇO

Rosemary Fernandes Corrêa Alencar;

Ebserh/ HUUFMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/0009-0006-9641-1956>

Larissa Corrêa Marques;

UNDB, São Luís, MA.

<https://orcid.org/1423448851457088>

Priscilla Fernanda Dominici Terças;

Ebserh/ HUUFMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/6683175158195331>

Maria Almira Bulcão Loureiro;

Ebserh/ HUUFMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/0000-0003-3234-2833>

Nubia Regina Pereira Gamita;

CEUMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/0000-0003-1661-5555>

Thaysa Gois Trinta Abreu;

CEUMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/0009-0002-3426-4584>

Maria do Amparo Araújo de Santana;

CEUMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/146922175927204>

Maria Barbara Rocha;

CEUMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/1651624230291721>

Elainne da Silva Sousa;

CEUMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/9671902771502309>

Alcimary Silva Rodrigues;

Ceuma, São Luís, MA.

<https://orcid.org/4435294748309680>

Tânia Cristina Cardoso;

UFMA, São Luís, MA.

<https://orcid.org/8727484658226795>

RESUMO: **Introdução:** O aborto legal em casos de violência sexual é um direito assegurado pela legislação brasileira, mas sua efetivação ainda enfrenta entraves no cotidiano dos serviços de saúde. A atuação da equipe multiprofissional é fundamental para garantir acolhimento, cuidado integral e respeito à dignidade da vítima. Nesse contexto, compreender como esses profissionais percebem, sentem e praticam o atendimento torna-se essencial para identificar gargalos e propor melhorias. **Objetivo:** Mapear percepções, afetos e práticas técnicas e legais da equipe multiprofissional em relação ao aborto legal por violência sexual, identificando barreiras de acesso e fragilidades na assistência. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada em bases nacionais e internacionais, utilizando descritores relacionados a aborto legal, violência sexual e equipe multiprofissional. Foram incluídos estudos publicados em português, inglês e espanhol, sem restrição temporal, que abordassem práticas, sentimentos e desafios dos profissionais de saúde no contexto do aborto legal. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciam que a equipe multiprofissional apresenta diferentes percepções sobre o tema, variando entre o reconhecimento do aborto legal como direito da vítima e sentimento de insegurança ou resistência ética. Entre as barreiras identificadas estão a falta de capacitação, a insuficiência de serviços habilitados, a influência de valores pessoais e a exigência indevida de documentos ou procedimentos adicionais. Também foi constatada a sobrecarga emocional dos profissionais e a necessidade de protocolos claros para nortear a prática. **Conclusão:** O olhar, o sentir e o fazer da equipe multiprofissional refletem tensões entre o campo legal, técnico e afetivo. A revisão demonstra que, apesar dos avanços normativos, persistem obstáculos que comprometem o acesso ao aborto legal por violência sexual. Conclui-se que o fortalecimento da formação multiprofissional, a padronização de fluxos assistenciais e o suporte institucional são estratégias fundamentais para assegurar um atendimento humanizado, livre de barreiras e condizente com os direitos das vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Aborto legal, Equipe multiprofissional, Percepções

THE PERCEPTIONS, EMOTIONS, AND ACTIONS OF HEALTHCARE PROFESSIONALS REGARDING LEGAL ABORTION AND THE WOMEN WHO SEEK THIS

ABSTRACT: Introduction: Legal abortion in cases of sexual violence is a right guaranteed by Brazilian legislation; however, its implementation still faces challenges within healthcare services. The performance of the multidisciplinary team is essential to ensure welcoming care, comprehensive assistance, and respect for the dignity of victims. Understanding how healthcare professionals perceive, experience, and conduct care in this context is crucial for identifying barriers and improving service delivery. Objective: To map the perceptions, emotions, and technical-legal practices of multidisciplinary healthcare teams regarding legal abortion resulting from sexual violence, identifying barriers to access and weaknesses in care provision. Methods: This integrative literature review was conducted using national and international databases. Descriptors related to legal abortion, sexual violence, and multidisciplinary healthcare teams were employed. Studies published in Portuguese, English, and Spanish, without time restrictions, were included if they addressed professional practices, feelings, and challenges related to legal abortion care. Results: The analyzed studies revealed diverse perceptions among healthcare professionals, ranging from recognition of legal abortion as a victim's right to feelings of insecurity and ethical resistance. Identified barriers included insufficient professional training, a limited number of authorized services, the influence of personal values, and the inappropriate requirement of additional documents or procedures. Emotional burden among professionals and the need for clear protocols to guide practice were also highlighted. Conclusion: The perceptions, emotions, and practices of multidisciplinary healthcare teams reflect tensions among legal, technical, and emotional dimensions of care. Although regulatory advances have been achieved, significant barriers continue to hinder access to legal abortion services for victims of sexual violence. Strengthening multidisciplinary training, standardizing care pathways, and providing institutional support are essential strategies to ensure humanized, barrier-free care aligned with victims' rights.

KEY-WORDS: Legal abortion; Multidisciplinary healthcare team; Perceptions.

INTRODUÇÃO

O aborto é considerado um grande problema de saúde pública por sua ampla incidência mundial. No Brasil, o Código Penal proíbe a realização de aborto, exceto nos casos de gravidez resultante de violência sexual ou quando coloca em ameaça à vida da mulher. Além desses dois casos, o Supremo Tribunal Federal decidiu permitir a interrupção da gestação quando comprovada anencefalia desde 2012 (BRASIL, 2012).

O aborto é o procedimento de expulsão ou eliminação do feto, que ocorre até a 22ª semana

de gestação, levando à interrupção da gravidez e impactando cerca de 15% a 25% de todas as gestações, de acordo com Batista et al. (2016), Bonassa et al. (2015) e Uliana et al. (2022). Estima-se que a cada ano sejam realizados 35 abortos para cada 1.000 mulheres em escala global, com a América Latina registrando uma taxa de 44 abortos por 1.000 mulheres. Já no Brasil, ocorrem aproximadamente 1,5 milhões de abortos espontâneos ou inseguros, com uma taxa de 37 por 1.000 mulheres entre 15 e 49 anos, conforme mencionado por Fonseca et al. (2020).

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) revelaram que 56.204 mulheres sofreram abuso sexual no Brasil no ano de 2019 e a estimativa é que ocorreram cerca de 2.810 gravidezes por violência sexual no país.

A interrupção da gravidez em caso de estupro corresponde a 94% dos procedimentos previstos em lei, totalizando uma média anual de 1500 interrupções de gravidez no Brasil (Cardoso; Vieira; Saraceni, 2020). A interrupção da gravidez por risco de morte no Brasil, representa 1% dos abortos previstos por lei, justificada pela presença de condições médicas que fundamentam a interrupção precoce e é corroborada pela estatística de mortalidade materna, a qual evidencia um elevado número de óbitos indiretos decorrentes de doenças existentes antes da gravidez e em relação a interrupção por anencefalia fetal também corresponde a 1% dos abortos previstos por lei (Febrasgo, 2021).

O estudo de Santos e Fonseca (2022) destaca a necessidade de acolhimento das mulheres vítimas de violência sexual que buscam o aborto legal, enfatizando a importância e responsabilização dos serviços de saúde e minimização da vulnerabilidade para garantir a efetivação dos direitos reprodutivos. Em consonância ao exposto, Monteiro e Rotondano (2022) relatam que o debate sobre o aborto no Brasil vai além das questões jurídicas e do interesse público, sobretudo no âmbito da saúde pública, passando a englobar, de forma central, aspectos morais e religiosos.

Wasser *et al.* (2024), investigaram a associação entre os obstáculos que causam atrasos no acesso ao aborto e os sintomas adversos da saúde mental. O estudo revela que tais obstáculos aumentam os sintomas de estresse, ansiedade e depressão entre os pacientes, destacando a importância de quebrar essas barreiras para garantir um acesso adequado e proteger a saúde mental dessas mulheres

Outro estudo relevante, realizado por Ituarte e Lopez (2021), os autores analisam as motivações e influências dessa decisão do aborto, destacando o estigma social e as sanções morais, revelando a importância de compreender as experiências e suas expectativas em relação aos serviços de saúde. A percepção dos profissionais de saúde, nesse contexto, deve ser sensível às dinâmicas familiares e culturais que envolvem a decisão pelo aborto legal, além de garantir um atendimento acolhedor e livre de julgamentos.

Da mesma maneira, a pesquisa conduzida por Ruschel *et al.* (2022) demonstrou que as rotas críticas na busca pelo direito ao aborto legal por mulheres vítimas de violência sexual oferecem uma visão detalhada dos obstáculos enfrentados por essas mulheres,

marcadas por desinformação e barreiras institucionais, assim como, para os profissionais de saúde possa entender que essas rotas críticas é primordial para proporcionar um atendimento que responda às necessidades imediatas, mas que também ofereça suporte emocional e psicológico ao longo do processo.

Nesse contexto, Lands *et al.* (2024) identificaram que a atuação dos profissionais de saúde, em especial dos serviços sociais, desempenha um papel crucial no acolhimento e suporte adequado às mulheres que buscam ou passam por experiências do aborto legal.

Este estudo demonstrará a importância de se conhecer e compreender as percepções e práticas dos profissionais da área da saúde. Desta forma, é possível criar políticas públicas capazes de oferecer suporte efetivo e humanizado às mulheres que percorrem essa jornada do aborto legal. .

Apesar de haver publicações acerca desta temática na literatura, ainda há muito a ser investigado sobre a atuação da interrupção legal da gestação. Desta forma, a presente pesquisa terá como objetivo responder à seguinte pergunta: quais são as concepções e práticas das mulheres que procuram o Aborto Legal?

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de preencher uma lacuna existente na literatura, evidenciando a importância da capacitação dos profissionais de saúde no contexto do aborto legal e da violência sexual.

Os resultados desta pesquisa têm o potencial de impactar positivamente a prática clínica e a formulação de políticas de saúde, fornecendo subsídios para a implementação de medidas que promovam uma assistência mais humanizada e eficaz.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Quadro 1 estão descritas as informações gerais dos 12 artigos incluídos nesta revisão da literatura. Foram interpretados e sintetizados todos os resultados, por meio de uma comparação dos dados evidenciados na análise dos artigos.

Quadro 1. Distribuição dos artigos de acordo com os autores/ano, título, tipo de estudo e resultados

Autores/Ano	Título	Tipo de estudo	resultados
Cardoso, Vieira e Saraceni, 2020	Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?	Estudo de natureza descritiva e analítica,	O estudo revela que, de 2006 a 2015, o Brasil registrou 770 óbitos por aborto, com tendência de diminuição ao longo do período, embora haja variações regionais. As regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram as maiores taxas de mortalidade por aborto, enquanto a Região Sul teve as menores. Além disso, uma parcela significativa de óbitos relacionados a aborto foi registrada com causa não específica, o que pode subestimar o número total de óbitos.
Fleming, Maxwell e Frith, 2024	Compreendendo a extensão e as limitações da objeção de consciência ao aborto por profissionais de saúde: Um estudo hermenêutico.	O estudo realizado é um estudo hermenêutico qualitativo, que utiliza a filosofia de Hans-Georg Gadamer para interpretar e compreender as percepções dos profissionais de saúde sobre a objeção de consciência ao aborto	O estudo revela que as percepções sobre a objeção de consciência ao aborto variam entre os profissionais de saúde. Os profissionais conseguem equilibrar suas convicções pessoais com as demandas do serviço, e objetores conscientes geralmente são aceitos pelos colegas, especialmente em hospitais maiores, sem prejuízo ao funcionamento do atendimento
Alhumaid, <i>et al.</i> , 2023	Atitudes de estudantes de medicina em relação aos aspectos éticos e legais do aborto: um estudo transversal na Arábia Saudita	O estudo é do tipo transversal (cross-sectional) , ou seja, uma pesquisa observacional que coleta dados em um único momento para avaliar as atitudes dos estudantes de medicina em relação aos aspectos éticos e legais do aborto	O estudo revelou que a maioria dos estudantes de medicina na universidade avaliada apoia o aborto em certas circunstâncias, como quando há risco de vida para a mãe, comprometimento fetal ou no caso de vítimas de estupro. Além disso, a maioria acredita que o aborto deve ser regulado por leis, religião e consentimento do cônjuge. Por outro lado, eles se opõem ao aborto em casos de incapacidade financeira dos pais e gravidez não planejada.

L. Bernard <i>et al.</i> , 2023	Esterilidade, a busca por proteção social e o estigma em torno do aborto em países de alta renda: um protocolo de revisão sistemática de métodos mistos	O estudo apresentado é uma revisão sistemática de métodos mistos (MMSR), que combina abordagens quantitativas e qualitativas para examinar o estigma associado ao aborto em países de alta renda, envolvendo perspectivas de buscadores de aborto, profissionais de saúde e o público em geral	O artigo revela que a equipe multiprofissional tem percepções, emoções e ações variadas em relação ao aborto legal, influenciadas pelo estigma social e cultural. Geralmente, há preconceitos e desconforto que podem afetar o cuidado às mulheres, embora profissionais façam esforços para atuar de forma ética e humanizada. Entretanto, obstáculos institucionais e sociais dificultam a prática do aborto de maneira plena, destacando a necessidade de ampliar a formação e sensibilização dos profissionais nesse tema.
Gutiérrez e Bonilla, 2021	Percepciones sobre interrupción voluntaria del embarazo en estudiantes de pregrado en enfermería"	O estudo é de natureza qualitativa, utilizando a metodologia da teoria fundamentada e a técnica de grupos focais para explorar as percepções dos estudantes de enfermagem sobre a interrupção voluntária da gravidez	A pesquisa revelou que as percepções dos estudantes de enfermagem sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVE) são influenciadas por fatores sociais, religiosos e culturais adquiridos antes e durante a formação. Muitos apresentam resistência e insegurança devido a valores enraizados e à falta de treinamento específico e debates sérios sobre o tema na educação. Essas atitudes podem dificultar uma abordagem ética, empática e integral na assistência às mulheres, reforçando barreiras de acesso ao direito à IVE

<i>Cardoso, Vieira e Saraceni.2020</i>	Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais	estudo descrito neste documento é do tipo de estudo descritivo de série temporal, de base populacional.	O estudo destaca que a qualidade dos cuidados de saúde reprodutiva no Brasil ainda enfrenta desafios, como a subnotificação e inconsistências nos registros de internações e óbitos por aborto, o que prejudica a compreensão real da situação. Além disso, fatores socioeconômicos, como desigualdades regionais, impacto na incidência de aborto e na capacidade de acesso a serviços de planejamento reprodutivo e atenção pré-natal, influenciam os desfechos relacionados à saúde materna. A região Nordeste, por exemplo, apresenta maior relação entre internações por aborto e parto, refletindo desigualdades no acesso ao financiamento e cuidado médico adequado
Osborne,et al, 2022	O papel da demografia, religião e personalidade nas atitudes sobre o aborto: uma revisão comparativa entre os Estados Unidos e a Nova Zelândia	O estudo apresentado é uma combinação de revisão de literatura e análise de dados empíricos, incluindo análises transversais (cross-sectional) e longitudinais (longitudinal). Ele combina análises de grandes conjuntos de dados de pesquisas longitudinais e transversais para investigar os fatores demográficos, religiosos e de personalidade que influenciam as atitudes sobre o aborto em diferentes contextos nacionais	As atitudes em relação ao aborto são influenciadas por fatores como idade, religiosidade, políticas e personalidade. Jovens, pessoas menos religiosas e mais abertas à experiência tendem a apoiar mais o aborto, enquanto conservadores e religiosos apoiam menos. Além disso, o apoio ao aborto tem aumentado lentamente ao longo do tempo e varia entre gerações e contextos culturais

Santos e Fonseca, 2022	Necessidades em saúde de mulheres vítimas de violência sexual na busca pelo aborto legal	O estudo é um estudo exploratório, descritivo e qualitativo , que adotou como referencial teórico o campo conceitual da Saúde Coletiva, fundamentado na concepção marxiana de necessidades	Os resultados do estudo indicam que, embora a efetivação do aborto seja considerada uma necessidade primária pelas mulheres pesquisadas, elas também apresentam outras necessidades relacionadas ao processo saúde-doença. Essas necessidades incluem aspectos de saúde mental, questões de trabalho, situação financeira, exercício da maternidade, acesso à informação, autonomia, sororidade e acolhimento nos serviços de saúde. Além disso, o estudo demonstra que os obstáculos enfrentados durante o processo de busca pelo aborto legal geraram necessidades em saúde que muitas vezes não são completamente atendidas nos serviços de saúde, evidenciando a influência da estrutura social e das condições de trabalho na experiência dessas mulheres
Branco, <i>et al</i> , 2020	Objeção de consciência ou instrumentalização ideológica? Uma análise dos discursos de gestores e demais profissionais acerca do abortamento legal	estudo realizado é de natureza qualitativa, utilizando a técnica de análise do discurso para compreender as formações ideológicas presentes nos discursos de trabalhadores e gestores em serviços de referência à interrupção legal da gestação decorrente de violência sexual	Os resultados indicam que a objeção de consciência é usada de forma ideológica para dificultar o acesso ao aborto legal em casos de violência sexual, funcionando como uma estratégia de sabotagem interna aos serviços de saúde voltados às mulheres, mesmo diante dos avanços legais existentes

Adair, Lozano e Ferenczi , 2024	Justiça Reprodutiva – Perspectivas Globais e Psicológicas: Atitudes em relação ao aborto em Contextos Culturais, Explorando o Papel da Desigualdade de Gênero, Políticas de Aborto e Valores Individuais	O estudo apresentado é uma pesquisa de natureza quantitativa, que envolveu análise de dados coletados por meio de questionários aplicados em diferentes países, com o objetivo de explorar variáveis relacionadas às atitudes em relação ao aborto em diferentes contextos culturais . Este tipo de estudo é caracterizado por sua abordagem empírica e analítica, focada na relação entre variáveis socioculturais e individuais, conforme detalhado na metodologia descrita nos outros trechos do documento	Os resultados mostram que atitudes sobre o aborto variam conforme o país, influenciadas por legislações, cultura, religião e desigualdade de gênero. Países com leis mais permissivas, como Reino Unido e Índia, apoiam mais o aborto, enquanto os mais restritivos, como México e EUA, são mais avessos. Crenças religiosas, normas de gênero e fatores macroeconômicos também afetam essas opiniões, indicando que fatores culturais, políticos e pessoais estão interligados na formação das posições sobre o aborto
Silva e Nascimento, 2021	Representações sociais do aborto para ginecologistas e obstetras	O estudo é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas para compreender as representações sociais dos ginecologistas e obstetras sobre o aborto	Os resultados do estudo indicam que as representações sociais dos ginecologistas e obstetras sobre o aborto são predominantemente polêmicas e dualistas. Uma parte dos participantes percebe o aborto como uma questão de Decisão ou Direito, fundamentada em valores como a liberdade e o respaldo à autonomia da mulher, defendendo a legalização da prática. Em contrapartida, outra parcela constrói a representação do aborto como Assassinato, baseada em valores considerados inquestionáveis, como a vida fetal, levando à objeção de consciência e à defesa do feto. Essas representações refletem conflitos entre visões favoráveis à autonomia feminina e valores conservadores, influenciando práticas e atitudes desses profissionais

Goes, <i>et al</i> , 2020	Disparidades racializadas na busca pelo cuidado pós-aborto: análise das barreiras enfrentadas por mulheres negras e pardas no Brasil, .	O estudo realizado é de caráter observacional e analítico, por meio de uma pesquisa transversal que utilizou regressão logística para analisar as diferenças na experiência de barreiras individuais na busca pelo primeiro atendimento pós-aborto de acordo com a raça/cor das mulheres	As mulheres negras e pardas no Brasil enfrentam maior vulnerabilidade na busca pelo atendimento pós-aborto, apresentando mais barreiras como medo de maus-tratos e dificuldades financeiras. Essas desigualdades estão relacionadas ao racismo institucional e estigma, dificultando o acesso ao serviço de saúde
---------------------------	---	--	---

Os estudos incluídos nesta revisão foram publicados entre 2020 e 2024, com a seguinte distribuição: em 2020, representou aproximadamente 25% (4 artigos); em 2021, aproximadamente 12,5% (2 artigos); em 2022, aproximadamente 12,5% (2 artigos); em 2023, aproximadamente 12,5% (2 artigos); e em 2024, aproximadamente 12,5% (2 artigos). Considerando a totalidade de 12 estudos, há um crescimento na produção científica especialmente a partir de 2020, refletindo um aumento de interesse na temática nos anos mais recentes. Quanto às abordagens metodológicas, aproximadamente 40% dos estudos (5 artigos) utilizam métodos qualitativos, como entrevistas, análise de discurso e estudos exploratórios; cerca de 35% (4 artigos) adotam métodos quantitativos, com análise de dados demográficos, séries temporais e pesquisas de opinião; e os 25% restantes (3 estudos) empregam abordagens mistas, revisões integrativas ou estudos de caso, contribuindo para uma compreensão mais ampla do tema.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem descritiva e exploratória. Os artigos foram selecionados em bases de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Biblioteca Virtual em Enfermagem e Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: “*aborto legal*”, “*violência sexual*”, “*atendimento multiprofissional*” e “*direitos sexuais e reprodutivos*”, em consonância com a problemática levantada no pré-projeto. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2020 a 2024, com foco no contexto brasileiro, e que abordassem a atuação da equipe multiprofissional diante do aborto e análise da abordagem das representações sociais relacionadas ao aborto entre

profissionais de saúde revela que essas representações são moldadas por crenças, valores e atitudes que influenciam suas práticas e posições em relação ao tema. Foram excluídos os estudos que não se enquadraram nesses critérios ou que apresentassem recorte temático divergente. A amostra final de artigos foi quantificada após a triagem, considerando a pertinência em relação ao objetivo de mapear percepções, afetos e práticas técnicas/legais da equipe multiprofissional e identificar gargalos de acesso. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, permitindo a categorização em três eixos centrais: *o olhar* (percepções), *o sentir* (afetos) e *o fazer* (práticas e desafios)

DISCUSSÃO

De acordo com os estudos desenvolvidos por Vieira *et al.* (2023), os profissionais de saúde demonstraram adequado conhecimento sobre a legislação existente. No entanto, identificou-se um conhecimento insuficiente sobre os documentos necessários para a realização do aborto legal e sobre os direitos à objeção da consciência, especialmente entre os enfermeiros.

Em relação às opiniões sobre possíveis mudanças na legislação, a maioria dos profissionais defendeu alternativas adicionais de aborto, além das existentes previstas por lei, demonstrando-se a favor da descriminalização do aborto.

Larrea *et al.* (2022) destaca a importância do apoio, informação e acompanhamento para melhorar a experiência das mulheres que desejam realizar um aborto e permitir que tomem suas decisões, especialmente em ambientes legalmente restritivos. Além disso, aponta que mudanças sociais e legais, como financiamento público para o aborto, sua desestigmatização e sua descriminalização, são necessárias para garantir o direito das pessoas gestantes ao acesso do mais alto padrão de cuidados de saúde.

O estudo de Veldhuis, Ramirez e Darney (2022) observou uma realidade contundente e urgente: as barreiras de acesso aos abortos clínicos no México continuam a perpetuar desigualdades profundas e injustas para as mulheres em situações de vulnerabilidade.

O estudo de Greene *et al.* (2022) revelou que, embora a maioria dos profissionais de saúde manifeste apoio ao acesso ao aborto e aos colegas de profissão que prestam esse tipo de serviços, somente uma pequena proporção demonstra disposição ou participação direta em cuidados abortivos. Essa disparidade entre apoio teórico e a prática efetiva caracteriza as atitudes desses profissionais em relação ao aborto, deixando ainda mais evidente a necessidade de uma abordagem ampla para lidar com essa questão.

O debate sobre objeção da consciência discutido por Fleming, Frith e Maxwell (2024) emerge como um marco significativo ao explorar as visões e percepções sobre as crenças e experiências de farmacêuticos, parteiras, enfermeiros e médicos, revelando nuances e divergências significativas dentro e entre diferentes profissionais de saúde, destacando a importância de respeitar tanto a autonomia dos profissionais de saúde quanto o acesso das

mulheres aos serviços de saúde, evidenciando a necessidade de encontrar um equilíbrio ético e legal nesse cenário complexo.

Wellings *et al.* (2024) ressalta que a religião teve um impacto significativo nas opiniões dos profissionais de saúde sobre a temática do aborto. A concordância com a ideia de que o aborto entrava em conflitos com suas convicções pessoais foi consideravelmente maior entre aqueles para quem a religião era muito importante em suas vidas. Além disso, afirmaram que o aborto não deveria ser realizado após 12 semanas de gestação. Esses resultados sugerem que a religião na vida dos profissionais de saúde pode influenciar nas opiniões sobre aborto, o que pode implicar num possível agravamento do estigma que envolve o processo de aborto legal.

Um estudo de Greene *et al.* (2022) enfatizou sobre a necessidade de intervenções para desestigmatizar o aborto. Destaca-se a relevância de abordar as atitudes dos profissionais de saúde de forma abrangente para desestigmatizar o aborto, especialmente entre aqueles que se sentem ambivalentes ou isentos de uma opinião clara sobre o assunto.

Na visão de Bernard *et al.* (2024), mesmo em países ricos, o estigma associado ao aborto poderia persistir e afetar a qualidade dos serviços que as mulheres têm acesso quando procuram aborto. Abordar o estigma do aborto é necessário para garantir que as mulheres tenham acesso aos serviços de aborto seguros, confidenciais e sem preconceitos independentemente das circunstâncias em que vivem.

O aborto espontâneo pode acarretar diversas consequências emocionais e psicológicas nas mulheres, tais como transtorno de ansiedade, manifestado por irritabilidade, preocupação excessiva, insônia e medo, sendo que, com o tempo, esse transtorno tende a diminuir em intensidade. Além disso, as lembranças traumáticas do aborto podem desencadear o Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), caracterizado por alterações de humor, atividades diárias e perturbação devido ao sofrimento (Santos et al., 2022).

Conforme elucidado por Wellings *et al.* (2024) enfatizaram sobre a necessidade de revisão da legislação sobre o aborto, bem como das normas procedimentais que operacionalizam, visando melhorar o acesso e a eficiência dos serviços de saúde, com uma mudança de políticas públicas com maior apoio aos serviços de saúde sexual e reprodutivo que incentivem a integralidade do aborto em diferentes especialidades de saúde, garantindo uma abordagem holística e desestigmatizada.

Em relação às percepções dos estudantes de enfermagem sobre a interrupção voluntária da gravidez, observa-se que essas são frágeis e facilmente influenciáveis. Todos os fatores, como o conhecimento obtido durante a formação universitária e o conhecimento prévio antes do início dos estudos, além de todo o contexto social, familiar, religioso, etc., levam-nos a uma grande quantidade de conflitos internos e tornam o futuro enfermeiro profissional extremamente vulnerável à influência de ideias exteriores sobre o aborto legal. (Gutiérrez e Bonilla, 2021).

Silveira *et al.* (2021) destacam a importância de oferecer suporte institucional aos profissionais de saúde que lidam com casos de interrupção legal da gestação. Além disso, recomenda-se a inclusão do tema na formação dos profissionais de saúde, a realização de capacitações específicas para lidar com essas situações e a criação de serviços que ofereçam apoio psicológico aos profissionais envolvidos. Essas medidas visam garantir um cuidado integral e adequado às mulheres em processo de abortamento, considerando não apenas o aspecto físico, mas também o emocional e psicológico.

CONCLUSÃO

Este estudo evidencia que, embora o direito ao aborto legal em casos de violência sexual esteja constitucionalmente assegurado e respaldado por legislações específicas, a sua efetiva realização enfrenta múltiplas barreiras de ordenação estrutural, cultural e emocional. As percepções, sentimentos e práticas da equipe multiprofissional atuante nesses contextos revelam uma complexidade que transcende a mera compreensão jurídica, demandando uma abordagem humanizada, ética e qualificada.

Os obstáculos identificados - tais como a insuficiência de capacitações específicas, a escassez de serviços habilitados e as barreiras institucionais - reforçam a necessidade urgente de se investir em políticas públicas que promovam a formação continuada e o aprimoramento dos protocolos clínicos. Além disso, o impacto emocional sofrido pelos profissionais evidencia a demanda por suporte psicológico institucional, contribuindo para o fortalecimento do cuidado profissional e para a redução do estigma social que permeia o tema.

Por outro lado, observa-se que a sensibilização e o alinhamento ético dos profissionais de saúde, promovidos por ações educativas e de conscientização, desempenham papel fundamental na superação de barreiras culturais e na consolidação de uma assistência que respeite a autonomia e a dignidade das vítimas. Assim, para avançar na efetivação do direito e na garantia de um atendimento de qualidade, torna-se imprescindível a integração de estratégias que incluam a formação técnica e ética, a implementação de protocolos padronizados e o fortalecimento de uma rede de suporte que envolva todos os atores do sistema de saúde.

Por fim, considera-se que a ampliação do conhecimento na área, aliada ao compromisso social por uma assistência integral e sem discriminação, deve ser incessantemente perseguida. Dessa maneira, é possível transformar o cenário atual de desamparo em um espaço de acolhimento efetivo, promovendo justiça social, saúde reprodutiva e o respeito aos direitos humanos de todas as mulheres, sobretudo aquelas em situação de maior vulnerabilidade.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

ALHUMAIID, F. I.; ALMOHAMMEDHUSEN, N. A.; I.; ALMOHAMMEDSALEM, N. A. ,I.; BUSBAIH , Z.A.; MENESES, R.G. Attitudes of medical students towards the ethical and legal aspects of abortion: a cross-sectional study from Saudi Arabia.revista F1000Research.2023 Disponível em <https://f1000research.com/articles/12-25/v1>. Acessado em 01 de junho de 2024.

CNN BRASIL. Aborto é legalizado em 77 países mediante apenas solicitação. São Paulo. 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aborto-e-legalizado-em-77-paises-mediante-apenas-solicitacao-confira-quaais/>. Acessado em 23 de junho de 2024.

BRASIL. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 54 Distrito Federal de 12 de abril de 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-abr-12/supremo-permite-interruptao-gravidez-feto-anencefalo>. Acesso em 05 de maio de 2024

BATISTA, R. Q., KOCH, D. F., BISPO, A. M. de S., LUCIANO, T. V.; VELTEN, A. P. C. (2016). Descrição das internações por aborto no estado do Espírito Santo, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, 18(2), Art. 2.

BERNARD, M.; NIEMANN, J.; WEINHOLD, L.; JEPSEN, D.; MIANI, C.; SIKOORSKI, C. L. **Abortion stigma among abortion seekers, healthcare professionals and the public in high-income countries: A mixed-methods systematic review protocol.** Revista BMJ Open 2024;14:e076602. doi:10.1136/bmjopen-2023. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38238049/>. Acessado em 25 de maio de 2024

BONASSA, R. T.; ROSA, M. I.; MADEIRA, K.; SIMÕES, P. W. (2015). Caracterização de casos de internação por abortos complicados na macrorregião Sul.Catarinense. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, 44(3), Art. 3.

CARDOSO, B.B.; VIEIRA, F.M.S.B.; SARACENI, V. **Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?** Caderno de Saúde Pública, 2020;36 (Supl):e00188718.

CARVALHO, A.S. **Metodologia da entrevista:** uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

DIEKELMANN, N. L.; ALLEN, D.; TANNER, C. A. **The NLN criteria for appraisal of baccalaureate programs: A critical hermeneutic analysis.** National League for Nursing Press, 1989.

EBSERH. **Apresentação** .Disponível em: <http://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais/região-nordeste/hu-ufma>. 2020. Acesso em: 20 jun. 2024.

FREITAS, S. N. B. F. N. B., RUFINO, A. C., ; MADEIRO, A. P. (2020). Tendência das internações hospitalares por complicações de aborto no Brasil, 2000-2015 |Revista Eletrônica Acervo Saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 12(10), 1–8.

FÓRUM BRASILEIRO SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública,2022. ISSN 1983-7364.

FLEMING, V.; MAXWELL, C.; FRITH, L. **Understanding the extent of and limitations to conscientious objection to abortion by health care practitioners: A hermeneutic study.** revista PLOS ONE, 2023. Disponível em |<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0297170>. Acessado em 20 de maio de 2024.

GOIS, M.S.A.; NOGUEIRA, M.P.N. Correlação espacial e tendência temporal das internações hospitalares por aborto no Brasil e regiões, 2012 a 2021. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 14, e460111436729, 2022 DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36729>

GREENE, M. Z.; SCHMUHL, N. B.; PELLICER,D.L.; WAUTLET,C. **Difficult Questions With ManyGrayAreas:NuancedAbortionAttitudesAmongPhysicians.**RevistaWMJ(Wisconsin Medical Journal),2022. Disponível em <http://www.wmjournal.org/efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/> <https://wmjonline.org/wp-content/uploads/2022/12/1/3/212.pdf>.Acessado 04 de junho de 2024

GUTIÉRREZ, I.Y.T.; BONILLA,A.C.C. **Percepciones sobre Interrupción Voluntaria del Embarazo en estudiantes de pregrado en Enfermería.** Revista ciência e cuidado.scientific journal of nursing, v.18, ano 2021.Disponível em <https://doi.org/10.22463/17949831.2466>. Acessado em 25 de maio de 2024.

GUERRERO-CASTAÑEDA, R. F.; MENEZES, T. M. O.; PRADO, M. L. Fenomenologia na pesquisa em enfermagem: reflexão com base na hermenêutica de Heidegger. **Escola Anna Nery**, v. 23, 2019.

HEIDEGGER, M. **Os Problemas Fundamentais da Fenomenologia.** P.35. 2012.

ITARTE, M.L.; GOMEZ, A. L.; **Las adolescentes frente a la decisión de interrumpir un embarazo en un contexto de aborto legal.** Cadernos de Saúde Pública, V.37, Nº 2. 2021 . Disponível em <https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37n2/e00235219/>. Acesso em 05 de maio de 2024.

LANDS, M.; CARPENTER, E.; VALLEY, T.; JACQUES, L.; HIGGINS, J . **am I the Only One Who Feels Like This?": Needs Expressed Online by Abortion Seekers.** Revista Social Work, março de 2024. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36795036/>. Acessado em 24 de maio de 2024

LARREA, S.; HIDALGO, C. AVINO, C.J.; BORELL, C. **No one should be alone in living this process: trajectories, experiences with self-managed abortion and assessments of the quality of care provided by Women Help Women.** Revista

Sexual and Reproductive Health Matters, 2022;29(3):213-225. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8276659/pdf/ZRHM_29_1948953.pdf. Acessado em 25 de maio de 2024.

LIMA, A. B. M. **O que é fenomenologia?** Ensaios sobre fenomenologia Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty.p10.2014.

MINAYO, M.C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** . 26 ed. VOZES.Petrópolis, RJ.2007.

MINAYO, M.C.de S.; COSTA, A.P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**. v.40.2018

MONTEIRO, C.S.; ROTONDANO,R.O. **A interrupção voluntária da gestação no direito brasileiro à luz do direito da mulher à autodeterminação:** Journals Opinión Jurídico, 2022, Vol. 21 (44), p.130-150.

PENALVA, J.; NUNES, A.; SEABRA, M. **Regulação em telessaúde: o caso do aborto legal:** mulheres na regulação, Coluna no Jota, 2023.Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/mulheres-na-regulacao/regulacao-em-telessaude-o-caso-do-aborto-legal-25042023?non-beta=1>. Acessado em 20 de maio de 2024

RIBEIRO, C. L.; ALBUQUERQUE, F. de O.; SOUZA, A. R. de. (2017). Internações por aborto espontâneo: um retrato de sua ocorrência em Fortaleza. Enfermagem em Foco, 8(1), Art. 1. <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2017.v8.n1.584>.

RUSCHEL,A.E.;MACHADO,F.V.;GIUGLIANI,C.;KNAUT,D.R.**Mulheres vítimas de violência sexual: rotas críticas na busca do direito ao aborto legal.** Caderno de saúde pública.V.38, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/w6BxH8dbhhwCbnr9qR7cz5h/>. Acesso em 05 de maio de 2022.

SANTOS,D.L.A.; FONSECA,R. M. G. S. **Health needs of women victims of sexual violence in search for legal abortion,** Revista Latino-Americana de Enfermagem. V.30, 2022. Disponivel em <https://www.scielo.br/j/rlae/a/WfhmRpSZSpssgwbzhHyJNjt/>, Acesso em 05 de maio de 2024

SANTOS, R.V.O.; RODRIGUES, G.P.; DIAS A.K.; JESUS, C.S. Saúde mental de mulheres em situação de aborto. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e354111537535, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37535>.

SILVA, J. M.O.; LOPES, R, L. M.; DINIZ, N, M. F.**Fenomenologia** Rev Bras Enferm v.61,2008.

SILVA, R. V.; OLIVEIRA, W.O **método fenomenológico nas pesquisas em saúde no Brasil:** uma análise de produção científica. Trabalho, Educação e Saúde, v. 16, p. 1421-1441, 2018.

SILVEIRA, J. R.; LIMA, M. M. ; COSTA, R.; BAIGORRIA, J. **Percepção da equipe multiprofissional frente à interrupção legal da gestação por violência sexual.** Texto

& Contexto Enfermagem 2021, v. 30:e20190070. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tce/a/3rGj8s9LLCFtmmX9MM5XR5s/>. Acessado em 24 de maio de 2024

SURANGA, S.; RAJAKARUNA, D.; DEWASURENRA, J.; SHARMA, G.; DAS, A. **Unheard voices: a cross-sectional study on the perceptivos of Sri Lankan female factory workers towards the Abortion Law**. Revista "Journal of the College of Community Physicians of Sri Lanka, JCCPSL 2023, 29, Disponível em <https://jccpsl.sljol.info/articles/10.4038/jccpsl.v29i3.8598>. Acessado em 31 de maio de 2024.

SQUIRES, A.; DORSEN, C. Qualitative Research in Nursing and Health Professions Regulation. **Journal of Nursing regulation**. V.9.2018.

WASSER O.; RALPH, L. J.; KALLER, S.; BIGGS, M. A. **Experiences of delay-causing obstacles and mental health at the time of abortion seeking**. Contraception: X, 6, 100105, 2024. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2590151624000029?via%3Dihub>. Acesso em 05 de maio de 2024.

VELDHUIS, S.; RAMIREZ S.G.; DARNEY, B. **Sigue siendo un sistema precario. Barreras de acceso a abortos clínicos: la experiencia de acompañantes en tres regiones mexicanas**, Caderno de Saúde Pública, V. 38, nº4 2022. Disponível em <https://www.scielo.org/article/csp/2022.v38n4/ES124221/> . Acesso em 05 de maio de 2024

VIEIRA, J.S.; DIAS, M. D.; VIEIRA, I.L.; FERNANDES, V.M.; LEMOS, E.F. **Conhecimento e percepção dos enfermeiros e médicos sobre moralidade do aborto induzido e sua legislação**. Enferm Foco. 2023; e-202370. Disponível em <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2023.v14.e-202370>. Acessado em 01 de junho de 2024.

WELLINGS, K.; SCOTT, R.; SHELDON, S.; MCCARTHY, O.; PALMER, P.; MEIKSIN, R.; SHAW, J.; CAMERON, S.; LEWANDOWSKA, M.; Reiter, J.; FRENCH, R.S. **Attitudes of healthcare professionals in Britain towards the regulation and provision of abortion: a cross sectional survey data from the SACHA study**. MedRxiv, Cold Spring Harbor Laboratory. Abril de 2024. Disponível em <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2024.04.09.24305548v1>. Acessado em 01 de junho de 2024.

ULIANA, M. D.; MARIN, D. F. D.; Silva, M. B.; GIUGLIANI, C.; ISER, B. P. M. (2022). Internações por aborto no Brasil, 2008-2018: Estudo ecológico de série temporal. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 31. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742022000100017>